

2013

# FUNDAÇÃO PIRES NEGRÃO

[ANEXO]

Cantanhede, 31 de Março de 2014

---

## 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

**1.1 Designação:** Fundação Pires Negrão

**1.2 Sede:** Rua António Silva Bronze, Cantanhede

**1.3 NIF:** 510160808

**1.4 Natureza da Atividade:** Apoio a crianças e jovens no âmbito de atividades de acolhimento, educativas, recreativas e desportivas; acolhimento e apoio a idosos e pessoas com deficiências, à família e à integração social e comunitária; promoção e proteção da saúde e bem-estar dos cidadãos; resolução de problemas habitacionais das populações mediante concessão de bens e prestação de serviços.

**1.5 CAE:** 88990 – Outras atividades de apoio social sem alojamento, não especificadas

**1.6 Moeda:** Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com o modelo contabilístico para as Entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei nº.36-A/2011, de 9 de Março de 2011.

Instrumentos Legais da NCRF-ENSL:

Portaria nº. 105/2011, de 14 de Março – Modelos de demonstrações financeiras;

Portaria nº. 106/2011, de 14 de Março – Código de Contas;

Aviso nº.6726 – B/2011 – 14 de Março – NCFR-ESNL;

Decreto-Lei nº.158/2009, de 13 de Julho – SNC

**2.2 Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ENSL que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade**

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

**2.2 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior**

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2012 são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores do período de 2013.

**2.3 Adoção pela primeira vez da NCRF-ENSL – divulgação transitória:**

A adoção pela primeira vez da NCRF-ENSL efetivou-se no exercício de 2012 pelo que em 2013 foi dada continuidade à sua aplicação.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

#### 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das DF's

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos elementos contabilísticos da Fundação Pires Negrão, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

##### a) Ativos fixos tangíveis

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. O modelo do custo foi subsequentemente utilizado na mensuração destes ativos. Neste modelo, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, menos depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

As depreciações destes activos são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes e em conformidade com as taxas previstas no decreto regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

As despesas de conservação e reparação que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros foram registadas como gastos no período em que são incorridos.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

##### b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. A metodologia adotada para a amortização destes ativos intangíveis é o método da linha recta.

##### c) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os bens no seu local e na condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo o custo médio ponderado o sistema de custeio utilizado. Foi usado o sistema de inventário intermitente.

##### d) Empréstimos obtidos

Os custos suportados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que ocorrem.

##### e) Perdas por imparidade

As perdas por imparidade são registadas quando ocorram acontecimentos que indiquem que o saldo em dívida, em parte ou pela totalidade, não será recuperável.

f) Associados e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos utentes e dos associados com quotas em atraso, são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. Ambos os casos aparecem representados no balanço no lado do activo.

g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outras entidades terceiras são registadas pelo valor nominal dado que não vencem juros e estão descritas no balanço no lado do passivo.

h) Caixa de depósitos bancários

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

i) Regime do acréscimo

De acordo com o regime do acréscimo, os gastos e rendimentos são registados no período ao qual dizem respeito, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

### 3.2 Outras políticas contabilísticas

Dado que a FPN apresenta várias valências, é importante referir que existe uma enorme preocupação em separar os gastos e rendimentos, através de indicações específicas, de modo a poder analisar cada atividade de forma independente. Os gastos comuns são distribuídos de acordo com percentagens as seguintes percentagens:

- Creche – 14%
- Jardim de Infância – 34%
- ATL – 26%
- Academia de Música – 26%

De mencionar que as valências dos POPH 3, 4 e 5 são contabilisticamente tratadas de forma independente em todas as rubricas.

### 3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da FPN. A entidade não tem intenção nem necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

### 3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Todo este processo teve por base o melhor conhecimento possível dos eventos e transacções em curso, bem como a experiência de situações passadas.

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

### 4.1 Quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A 31 de Dezembro de 2013 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

### 4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos à ordem

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Caixa	13.847,29	21.597,80
Depósitos à ordem	6.594,89	31.524,07
- CGD	(10.593,70)	27.632,76
- CCAM	17.188,59	3.891,31
<b>TOTAL</b>	<b>20.442,18</b>	<b>53.121,87</b>

## 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

No decurso do ano de 2013 não foram detectadas quaisquer alterações ou erros com necessidade de correcção logo este ponto não é aplicável para a FPN.

## 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

### a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, e se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas

Os ativos definidos como intangíveis, neste caso em concreto, dizem respeito ao projeto “+Centro” de certificação e eficiência energética. A sua vida útil é finita e a taxa de depreciação utilizada é igual a 33,33%.

### b) Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas

Os ativos intangíveis com vida útil finita encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. A quantia depreciável de um ativo intangível com uma vida útil finita deve ser imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização deve começar quando o ativo estiver disponível para uso, ou seja, quando estiver na localização e nas condições necessárias para que seja capaz de operar da forma pretendida. A metodologia adotada para a amortização destes ativos intangíveis é o método da linha recta.

### c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas), no começo e no fim do período

Descrição		Outros Ativos intangíveis
Início do	Quantia bruta escriturada inicial	

<b>Período</b>	Amortizações acumuladas iniciais	
	Quantia líquida escriturada inicial	
<b>Período</b>	Total da Adições	<b>10.950,00</b>
	- Aquisições 1ª mão	10.950,00
	- Outras aquisições	
	Total das diminuições	<b>3.649,64</b>
	- Alienações	
	- Amortizações	3.649,64
<b>Fim do período</b>	Quantia bruta escriturada final	10.950,00
	Amortizações acumuladas finais	3.649,64
	Quantia líquida escriturada final	<b>7.480,36</b>

d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída

Ver na tabela indicada no ponto 6.1 alínea c).

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e no fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

Ver na tabela indicada no ponto 6.1 alínea c)

## 7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, métodos de depreciação usados e vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registrados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas. O cálculo dessas mesmas depreciações efectuou-se através da utilização do método das quotas constantes e as taxas de depreciação utilizadas por categoria de ativo podem ser vistas na tabela que a seguir se apresenta:

<b>Categoria de Ativo</b>	<b>Taxas de amortização / depreciação utilizadas</b>
<b>Edifícios e outras construções</b>	5%; 10%
<b>Equipamento básico</b>	6,66%; 12,5%; 14,28%
<b>Equipamento de Transporte</b>	20%
<b>Equipamento administrativo</b>	10%; 12,5%; 33,33%
<b>Outros activos fixos tangíveis</b>	10%; 12,5%; 14,28%; 25%

FUNDAÇÃO PIRES NEGRÃO

ANEXO – Exercício de 2013

b) Quantia Escriturada bruta e depreciações acumuladas no início e no fim do período (€)

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o quadro que seguidamente se apresenta.

Classe de ativos \ Valores apurados		Terrenos e recursos naturais	Edifícios outras const.	Equip. Básico	Equip. de transporte	Equip. Admin.	Outros AFT	AFT em curso	TOTAL
<b>Início do período</b>	Valor bruto escriturado	333.566,35	730.710,18	78.020,28	83.964,34	30.465,32	104.254,45	34.960,50	1.395.941,42
	Amortização acumulada	(0,00)	(266.404,93)	(63.444,98)	(76.937,53)	(29.047,35)	(86.096,10)	(0,00)	(521.930,89)
	Valor líquido escriturado	333.566,35	464.305,25	14.575,30	7.026,81	1.417,97	18.158,35	34.960,50	874.010,53
<b>Período</b>	Aquisições		154.534,79		56.676,31		4.160,22	4.318,49	219.689,81
	Alienações								
	Activos classificados como detidos p/ venda								
	Depreciações do período	(0,00)	(52.353,58)	(5.267,04)	(3.513,40)	(8.259,97)	(6.467,42)	(0,00)	(75.861,41)
	Revalorizações								
	Outras alterações								
<b>Fim do período</b>	Valor bruto escriturado	333.566,35	885.244,97	78.020,28	83.964,34	87.141,63	108.414,67	39.278,99	1.615.631,23
	Amortização acumulada	(0,00)	(318.758,51)	(68.712,02)	(80.450,93)	(37.307,32)	(92.563,52)	(0,00)	(597.792,30)
	Valor líquido escriturado	333.566,35	566.486,46	9.308,26	3.513,41	49.834,31	15.851,15	39.278,99	1.017.838,93

## 8. LOCAÇÕES

A Fundação Pires Negrão não suporta encargos com quaisquer tipos de contratos desta natureza o que significa que este ponto não se aplica a esta entidade.

## 9. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

### 9.1 Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

A política contabilística aplicada aos custos dos empréstimos obtidos é o simples reconhecimento dos custos dos empréstimos obtidos como gastos do período.

Descrição	Valor Contratual do empréstimo (€)	Valores do Empréstimo		Custo dos empréstimos obtidos anuais suportados	
		Corrente (€)	Não Corrente (€)	Total (€)	Dos quais: Juros suportados (€)
Instituições de Crédito	424.063,38	360.000,00	64.063,38	17.517,67	14.146,67
Participantes de capital	192.463,12		192.463,12		
Outros financiadores					
<b>TOTAL</b>	<b>616.526,50</b>	<b>360.000,00</b>	<b>256.526,50</b>	<b>17.517,67</b>	<b>14.146,67</b>

## 10. INVENTÁRIOS

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo o Custo médio ponderado o sistema de custeio utilizado. Foi usado o sistema de inventário intermitente.

OS inventários da entidade detalham-se na tabela que a seguir se representa:

Descrição	Mercadorias (€)	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo (€)	TOTAL (€)
1. Inventários Iniciais			
2. Compras		123.920,27	123.920,27
3. Reclassificação e regularização de inventários			
4. Inventários Finais			
<b>5. CMVMC (5 = 1+2+3-4)</b>		123.920,27	123.920,27

## 11. RÉDITO

### 11.1 Divulgar:

#### a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços compreende o justo valor (fixado livremente entre as partes, numa base de independência) da contraprestação recebida ou a receber decorrentes da atividade normal da entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A entidade reconhece o rédito da venda de bens quando este possa ser fiavelmente mensurado, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros, os riscos e vantagens significativos da propriedade do bem são transferidos para o comprador e não seja mantido envolvimento continuado da gestão com grau associado de posse ou controlo efectivo dos bens vendidos. No caso das prestações de serviços, o reconhecimento do rédito encontra-se associado ao grau de acabamento do serviço.

#### b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o proveniente de:

Rubricas	2013
<b>Prestação de Serviços (Matrículas e Mensalidades)</b>	<b>164.691,55</b>
- Creche	20.612,61
- Jardim de Infância	50.468,70
- ATL	9.540,50
- Academia de Música	31.815,00
- Outros	52.254,74
<b>Juros obtidos de Depósitos bancários</b>	<b>32,79</b>

## 12. PROVISÕES, PASIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

Não aplicável.

### 13. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

#### 13.1 - Devem ser divulgados os assuntos seguintes:

a) A política contábilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Os subsídios provenientes da Segurança Social e dos restantes organismos públicos são reconhecidos como subsídios à exploração no momento em que são recebidos, e são apresentados na demonstração dos resultados na conta 75 – *Subsídios, doações e legados à exploração*.

b) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha diretamente beneficiado

Entidades / Valência	2013
Seg. Social – Creche	75.837,66
Seg. Social – Jardim de Infância	99.456,78
Seg. Social – ATL	50.388,00
Educação e Formação – POPH 4	505.737,72
Educação e Formação – POPH 5	186.857,91
IEFP	333,97
Autarquias	300,00
<b>TOTAL</b>	<b>918.912,04</b>

c) Condições não satisfeitas e outras contingências ligadas ao apoio do Governo que tenham sido reconhecidas

Não aplicável.

d) Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades

Não aplicável.

c) Principais doadores / fontes de fundos

A principal fonte de fundos é o Instituto da Segurança Social.

### 14. EFEITOS DAS ALTERAÇÕES DA TAXAS DE CÂMBIO

Não aplicável.

### 15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Não aplicável.

## 16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2013, as rubricas de Utentes, Fornecedores e Outras contas a receber e a pagar apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Mensurados ao custo (€)
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>316.107,30</b>
- Utentes	9.730,46
- Outras contas a receber	306.376,84
<b>Passivos Financeiros</b>	<b>1.009.826,49</b>
- Fornecedores	233.118,31
- Financiamentos Obtidos	616.526,50
- Outras contas a pagar	160.181,68

A 31 de Dezembro de 2013 as rubricas de Caixa, Depósitos bancários e outros depósitos bancários apresentava a seguinte discriminação:

Rubricas	2013
Caixa	13.847,29
Depósitos Bancários	6.594,89
Outros Depósitos bancários	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.442,18</b>

## 17. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

### 17.1 Número médio de empregados durante o ano

No decurso do ano de 2013 a FPN contou com uma média de 27 funcionários, distribuídos da seguinte forma pelas 9 valências:

- Creche – 6
- Jardim – 3
- ATL – 3
- Academia de Música – 3
- POPH 3 – 0
- POPH 4 – 7
- POPH 5 – 5
- Campo de Férias – 0
- Centro Residencial de Silves – 0

## **17.2 Número de membros dos órgãos directivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro**

Os estatutos da FPN preveem que a gerência da instituição seja exercida pelo conselho de administração e fiscalizada pelo conselho fiscal. O conselho de administração é composto por três membros: um presidente, um secretário e um tesoureiro, cabendo ao conselho de administração, de entre outras funções, designar os restantes membros. O conselho fiscal é igualmente composto por três elementos: um presidente e dois vogais, competindo-lhes fiscalizar a escrituração e documentação diversa e dar parecer sobre os demais. No período em análise não ocorreram quaisquer alterações aos membros que compõem os quadros directivos.

## **17.3 Informações sobre as remunerações dos órgãos directivos**

Todos os elementos que compõem ao conselho administrativo e fiscal da FPN, sem exceção, não recebem qualquer tipo de remuneração ou outra compensação, ou seja, contribuem de forma voluntária para que a instituição preste um serviço exemplar à comunidade do concelho de Cantanhede.

## **18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS**

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro, declara-se que não existiam dívidas em mora ao Estado. Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, a gerência informa que a situação perante a Segurança social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estabelecidos.

**19. OUTRAS INFORMAÇÕES**

**19.1 A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” apresentava a 31 de Dezembro de 2013 o seguinte detalhe:**

FSE	Saldo a 31-12-2013 (€)
62.2 Serviços Especializados	306.332,25
62.3 Materiais	2.875,24
62.4 Energia a Fluidos	15.506,80
62.5 Deslocações, estadas e transportes	396,72
62.6 Serviços Diversos	104.624,56
<b>TOTAL</b>	<b>429.735,57</b>

**19.2 A rubrica de “Gastos com Pessoal” apresentava a 31 de Dezembro de 2013 o seguinte detalhe:**

GASTOS COM PESSOAL	Saldo a 31-12-2013 (€)
63.2 Remunerações do Pessoal	300.473,09
63.5 Encargos sobre Remunerações	62.265,53
63.6 Seguros de Acidentes de Trabalho e Doença	2.907,85
63.8 Outros gastos com o pessoal	2.265,75
<b>TOTAL</b>	<b>367.912,22</b>

**19.3 A rubrica de “Outros Rendimentos e Ganhos” apresentava a 31 de Dezembro de 2013 o seguinte detalhe:**

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	Saldo a 31-12-2013 (€)
78.2 Desconto pronto pagamento obtido	0,01
78.7 Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00
78.8 Outros	370,43
<b>TOTAL</b>	<b>370,44</b>

**19.4 A rubrica de “Outros Gastos e Perdas” apresentava a 31 de Dezembro de 2013 o seguinte detalhe:**

<b>OUTROS GASTOS E PERDAS</b>	<b>Saldo a 31-12-2013 (€)</b>
68.1 Impostos	6.646,59
68.8 Outros	6.604,12
<b>TOTAL</b>	<b>13.250,71</b>

Após o termo do exercício não ocorreram quaisquer factos relevantes que mereçam ser divulgados neste anexo.